



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE TRABALHO

#### **REQUERIMENTO N° , de 2013** **(Do Sr. Paulo Rubem Santiago)**

*Requer a realização de Audiência Pública para debater a valorização das carreiras típicas de Estado.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater as questões pertinentes à valorização e fortalecimento das carreiras típicas de Estado.

#### **JUSTIFICATIVA**

As carreiras típicas, ou exclusivas, de Estado são aquelas que não têm correspondência no setor privado e são responsáveis pelas atividades que requerem maior capacitação e concentração nas áreas relativas à Administração Pública. De acordo com a Constituição, as carreiras consideradas típicas de Estado são as relacionadas às atividades de Fiscalização, Arrecadação Tributária, Previdenciária e do Trabalho, Finanças e Controle (não só interno como externo, como agências reguladoras e gestores da Administração Pública), Segurança Pública, Diplomacia, Defesa Administrativo-Judicial do Estado, Defensoria Pública, Magistratura e o Ministério Público.

De acordo com o art.37 da nossa Carta Maior, elas são imprescindíveis para a boa atuação do Estado, pois zelam pelo exercício dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O caráter estratégico que estas carreiras desempenham na estrutura do Estado exige que os governos desenvolvam e mantenham políticas de valorização salarial, reestruturação das carreiras e realização de concursos públicos para evitar as terceirizações.

O objetivo desta proposta de Audiência Pública, portanto, é trazer à tona as reivindicações e demandas das diferentes categorias que compõem as carreiras típicas, cumprindo-se, deste modo, o papel desta Casa de fiscalizar as atividades do executivo e, especificamente, as condições de trabalho de servidores, cuja função é imprescindível para que se assegure a qualidade de serviços públicos oferecidos à população. Bem como, averiguar se estas condições garantem o pleno exercício de fiscalização e controle da administração pública, inerente ao trabalho que estes servidores devem desempenhar.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados:

1. Sr. Roberto Kupsi, Presidente do FONACATE, Fórum Nacional Permanente das Carreiras de Estado.
2. Sr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal.
3. Sr. Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da FenaPRF, Federação da Polícia Rodoviária Federal.

Sala de Comissões, de março de 2013.

**Sr. PAULO RUBEM SANTIAGO**  
**Deputado Federal**